

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

Parecer: 05/2025 (Legislativo)

Projeto de Lei: 05 de 31 de março de 2025

**Autor:** Legislativo Municipal

Matéria: Fica denominado o novo prédio do CRAS como sendo

"Enilda Gonçalves de Espíndula".

Relator: Lucas Justin Vieira Conclusão: Favorável

Ementa: "Dispõe sobre a denominação do novo Prédio do CRAS".

## Relatório

O projeto de Lei em análise fora apresentado nesta Casa Legislativa no dia 31 de março de 2025 e tem como escopo a "denominar o novo prédio do CRAS como sendo Enilda Gonçalves Espíndula".

### **Parecer**

Em observância ao proposto PL, verifica-se que este atende aos princípios contidos na Magna Carta no tocante à



#### CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

legalidade, publicidade e eficiência, não se descurando estar em consonância com o disposto no Art. 30, incisos I e IX.

Quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, o PL em questão está plenamente proposto, tendo em vista a prerrogativa dos Vereadores do município de Terra de Areia elaborar e propor projetos de leis a teor das disposições especificadas na LOM e principalmente no regimento interno, Art. 2º e Art. 21, inciso V.

Outrossim, referido projeto de Lei para o bem do processo legislativo, princípios da continuidade dos atos administrativos e eficácia deveria ser aportado como modificativo da Lei 2.781 de 12 de dezembro de 2023 que instituiu a denominação de prédios públicos no âmbito municipal, senão vejamos sua redação na íntegra:

### Art. 1º <u>Ficam denominados os Prédios Públicos no</u> Município de Terra de Areia, ficando da seguinte forma:

ESF I - Unidade Básica de Saúde "Alaides Moreira da Silva", Distrito de Sanga Funda;
ESF II - Unidade Básica de Saúde "Antônio Lopes dos Santos", Bairro Arroio Bonito;
Anexo ao ESF II - Academia de Saúde "Belmira Silva da Silva". Bairro Arroio Bonito;



#### CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- ESF III Unidade Básica de Saúde "Jair Franco de Souza", Bairro Centro;
- Vigilância em Saúde "Manoel Carlos da Silva Pereira", Bairro Centro.

**Art. 2º** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente da Secretária Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Com efeito, sob o ponto de vista da boa técnica legislativa referido Projeto de Lei possui viabilidade, ressalvando-se que havendo Lei própria para a instituição de nomes em prédios do município em razão do princípio do aproveitamento dos atos processuais e continuidade jurídica a denominação do prédio do CRAS deveria ter sido acrescentada ao Art. 1º da Lei nº 2.781/2023.



# Conclusão do Voto

-	Diante dos funda debate realizado l orável à tramitação	na Comissão,	-
Sala das Comissões, 04 de abril de 2025.			
Vereador Presidente			
Vereador Relator			
Pelas Conclusões	S:		
Vereador	Vereador	Vereador	Vereador